



## ALFABETIZAÇÃO INFANTIL NO IDEÁRIO PEDAGÓGICO DE ROUSSEAU: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Vanessa Ferreira Silva Arantes

Gustavo Araújo Batista

Luciana Beatriz Oliveira Bar de Carvalho

Mônica Caldeiras Medeiros Freitas

Universidade de Uberaba

(UNIUBE)

### Resumo

O presente escrito, constitui um estudo desenvolvido no Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba - UNIUBE caracterizando-se como histórico e bibliográfico. O mesmo traça uma pequena amostragem da história da alfabetização brasileira, situando os principais marcos históricos que se recorreram neste contexto, fazendo um conciso recorte no período do século XVI, com chegada dos Jesuítas ao Brasil, dando um sentido próprio a educação brasileira, com uma concepção tradicional e religiosa ao despontamento da concepção pedagógica “escola nova”, no século XX que defende a preocupação com a aprendizagem da criança, colocando-a no centro do processo educativo. Guiados pela necessidade de refletir sobre a alfabetização de crianças, aqui designada “alfabetização infantil”, visto que abordaremos o termo infantil, pensando em indivíduos na faixa etária dos 6 aos 8 anos de idade, coloca-se um olhar central sobre as mesmas, enquanto ser responsável por todo processo deste estudo. Diante deste campo de análise, tal questão moveu esta discussão: Quais as contribuições do ideário pedagógico de um filósofo do século XVIII, nos pensamentos pedagógicos contemporâneos? Neste sentido, buscaremos a luz de suas teorias, cujos princípios apontam para uma educação natural, situando a criança como centro do processo, discutir a alfabetização infantil, tão debatida em nossas unidades escolares. Mediante os aspectos ressaltados, objetiva-se problematizar a influência e as contribuições do ideário pedagógico do filósofo Rousseau defensor da educação natural, da criança como centro do processo, na aquisição da leitura e escrita na fase inicial de escolarização contemporânea. Tendo como referencial metodológico o materialismo histórico – dialético na concepção de Goldmann (1979), este estudo foi construído por meio de revisões bibliográficas fundamentadas em Batista (2010), Rousseau (2004), Saviani (2008) e Soares (1998 e 2003). Findamos, portanto esta pequena amostragem de ideias sobre a alfabetização infantil concluindo que todo esse recorte do pensamento educacional aqui apresentado nos evidenciou que os métodos possuem suas características próprias, porém todos trazem resíduos das concepções anteriores, assim, verifica-se que qualquer método por si só não resolve os problemas do nosso ensino atual. Todos os métodos dependem da atividade criadora e reflexiva do professor, exigindo uma observação e um melhor conhecimento profundo do seu aluno. E Rousseau contribui com os resultados desde estudo, ressaltando e defendendo que despertando na criança o desejo de aprender a ler e a escrever qualquer método utilizado será indiferente, ou seja, o sentimento pelo desejo de aprendizado sobrepõe a técnica ou ao procedimento de alfabetizar.

**Palavras-chave:** História. Educação. Alfabetização Infantil. Rousseau.

### O que pretendemos com este estudo?

“Para que aprender a ler e escrever?, Uma das respostas possíveis – ou talvez a única – seja: Para aprender a ler e escrever”.(MORTATTI, 2000, p.7)





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A dificuldade que o Brasil enfrenta no que diz respeito à educação, não é de agora, Saviani, (2008) ressalta com clareza, que desde o século XIX o investimento do estado na educação se dá em percentual minoritário em relação a outros investimentos, o que mostra o grande déficit histórico que o país veio acumulando na educação.

Sendo assim ainda se faz necessário um estudo que se propõe uma abordagem histórica do tema, quanto um enfoque específico na alfabetização infantil, no processo de aquisição da leitura e escrita na fase inicial de escolarização de crianças, tentando na verdade contribuir para que essa temática seja melhor compreendida.

Pelo fato de vivermos em uma sociedade cuja cultura dominante é a letrada, o processo de alfabetização começa antes do ingresso da criança na escola, a partir de sua inserção em práticas que envolvem a língua escrita em diferentes contextos, desde que nascem as crianças constroem conhecimentos prévios sobre o sistema de representação e o significado da leitura e da escrita. A entrada na escola é a forma de dar continuidade a esse processo, portanto, não pode representar uma ruptura com o processo anterior vivido pelas crianças em casa ou na instituição de educação infantil, mas sim uma forma de dar continuidade às suas experiências anteriores para que elas, gradativamente, sistematizem os conhecimentos sobre a língua escrita.

Nas experiências, elas podem adquirir noções sobre a língua escrita tanto no que se refere ao seu funcionamento como aos seus usos e funções. E é portanto, na escola, que a criança terá acesso de forma sistematizada à língua escrita, uma vez que, esta ainda é em nossa sociedade, a instituição responsável pelo ensino da leitura e da escrita, conseqüentemente da alfabetização.

Guiados pela necessidade de refletir sobre a alfabetização de crianças, aqui designada “alfabetização infantil”, visto que abordaremos o termo infantil, pensando em indivíduos na faixa etária dos 6 aos 8 anos de idade<sup>1</sup>, estando assim preparada para iniciar seu processo de alfabetização escolar. No entrecruzamento dos anseios de discussão da temática, colocando-se um olhar central sobre a criança, enquanto ser responsável por todo processo deste estudo, traremos para a discussão as contribuições dos pensamentos pedagógicos de Rousseau enquanto defensor da educação para a infância e assim buscaremos a luz de suas teorias discutir a alfabetização infantil levando em consideração seus ideários para temática muito debatida em nossas unidades escolares.





## **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Mediante os aspectos ressaltados, objetiva-se problematizar a influência e as contribuições do ideário pedagógico do filósofo Rousseau defensor da educação natural, da criança como centro do processo, na aquisição da leitura e escrita na fase inicial de escolarização contemporânea.

Tendo como referencial metodológico o materialismo histórico – dialético, este escrito foi construído por meio de revisões bibliográficas fundamentadas em Batista (2010), Mortatti (1999, 2000 e 2006), Rousseau (2004), Saviani (2008) e Soares (1998 e 2003).

O estudo principia relacionando a historicidade da alfabetização, fazer a relação da alfabetização infantil no Brasil é uma tentativa de contextualizar os possíveis problemas que acompanham o déficit da educação brasileira e assim chegarmos nos tempos da Escola Nova, onde consideramos as influências do pensamento pedagógico de Rousseau.

### **Contribuições teóricas a destacar: a alfabetização e a influência rousseauiana**

Iniciamos este breve resgate histórico, com chegada ao Brasil dos Jesuítas no século XVI, dando um sentido próprio a educação brasileira, com uma concepção tradicional e religiosa. Eles instituíram escolas de ler e escrever, colégios e seminários, e dominou as ideias pedagógicas do Brasil no período colonial até meados do século XVIII quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal.

Com a educação entregue ao estado, a partir de 1759 inicia-se então o ensino público brasileiro. Em consequência as várias reformas pombalinas da educação pública com base nas ideias laicas inspiradas no Iluminismo fazem desaparecer o único sistema de educação até então existente. E segundo Ghiraldelli (2003) os cursos de Humanidades deram lugar as “aulas régias”, de primeira letras que na verdade eram aulas avulsas isoladas entre si que contemplavam latim, grego, filosofia e retórica.

Romanelli (2001) mostra que as reformas de Pombal, oficializou o ensino elementar, organizando um currículo que abrangia a alfabetização, o cálculo elementar e rudimentos de instrução cristã.

Porém, a educação brasileira começou a ter alterações consideráveis após 1807, quando Portugal foi invadido pelas tropas Francesas e a Corte Portuguesa com sua família real se deslocam





## **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**

**Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5**

para o Brasil, tornando-o sede do reino português. Consequentemente houve um maior desenvolvimento administrativo como também o início dos primeiros cursos superiores na Colônia, que com D. João no poder eram prioridade para a elite aristocrática e nobre da Corte. Em contrapartida, os outros níveis de ensino não demonstravam avanços,

O ensino primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da Corte e aumentou suas cadeiras consideravelmente e o secundário se manteve dentro do esquema das “aulas régias”, mas recebeu várias novas “cadeiras” (disciplinas), principalmente em cidades de Pernambuco, Minas Gerais e, é claro, Rio de Janeiro (GHIRALDELLI, 2003, p.10).

Com a proclamação da República, a educação desponta no Brasil, o Imperador outorga a primeira Constituição do nosso país, no ano de 1824, que inspirava a ideia de um sistema nacional de educação, com a instrução primária gratuita a todos os cidadãos.

Em 1827 cria-se a lei das “Escolas de Primeiras Letras” que tinham por objetivo desenvolver um currículo fundamental da escola primária, a fim de garantir em todos os povoados o fim da ignorância. Junto com a lei desponta também o método do “ensino mútuo” que de acordo com Saviani (2008) esse método também denominado de monitorial ou lancasteriano, por englobar ensino e o disciplinamento ao mesmo tempo, estava em consonância com o espírito da época, proporcionar o ensino a um grande número de alunos ao mesmo tempo (os alunos mais adiantados monitoravam os menos adiantados) rapidamente e a baixo custo.

As Escolas de Primeiras Letras não conseguiram se expandir, neste caso o sistema nacional de instrução pública também não se concretizou. Sendo assim, em 1834, é aprovado o Ato Adicional à Constituição, que transfere aos governos provinciais a incumbência das escolas primárias e secundárias. As províncias sem condições financeiras de se manterem, disponibilizaram as antigas aulas régias com pouca organização, caminhando a passos lentos e ao abandono o ensino primário e secundário, ficando assim a responsabilidade à iniciativa privada, dando início a uma educação elitizada.

A década de 1850, foi marcada por grandes realizações na educação, em 1854 foi ano da criação da Inspeção-Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, que tinham como função orientar e supervisionar o ensino público e particular assim como estabelecer normas para o





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

exercício de liberdade de ensino e também preparar os professores primários, denominada “Reforma Couto Ferraz” que substituíam as escolas normais pelos professores adjuntos, que como afirma Saviani (2008, p.133) “para ele as Escolas Normais eram muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificante em relação ao número de alunos que nelas se formavam”.

Observam-se repetidos esforços de mudança, a partir da necessidade de superação daquilo que, em cada momento histórico, considerava-se mal implementado. Sendo assim, esforços se concentraram, e anseios por reformas prosseguem na questão dos métodos de ensino da leitura e escrita, e muitas foram as disputas entre os que se consideravam portadores de um novo e revolucionário método de alfabetização, assim começam a pressões para a aberturas de novas escolas, pois de acordo com Romanelli (2001) o povo já não se abrangia apenas a pequena camada média, mas aparece uma heterogeneidade da composição social popular, pois as divergências de interesses origens e posições se acentuaram.

A partir de 1890, a responsabilidade do ensino primário é delegada aos estados, e São Paulo inicia com a ampla reforma da instrução pública. Pretendendo servir de modelo para os demais estados, essa reforma se iniciou com a reorganização da Escola Normal de São Paulo e a criação das escolas-modelo, porém sua maior inovação compreendia a instituição dos grupos escolares que Saviani (2008) explica como sendo a reunião das escolas isoladas (primeiras letras) em um mesmo prédio. Os grupos escolares foram disseminados por vários estados brasileiros, porém era uma escola que na verdade instigava a formação das elites, pois a questão da educação popular ainda não se coloca importante no contexto.

O sistema de ensino primário estava desorganizado, pois cada estado estabelecia suas próprias alterações com vista na política local, assim as várias reformas isoladas da escola primária só contribuíam para acentuar as diferenças regionais da educação e conseqüentemente o fracasso que consideramos hoje em nosso processo de alfabetização.

As primeiras décadas do século XX inicia com a preocupação central sobre alfabetização brasileira, a questão da educação das massas populares emerge no país em 1920, através da reforma paulista, a única reforma entre as estaduais da década de 20 que se propõe a enfrentar o problema do analfabetismo,





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A Reforma Sampaio Dória instituiu uma escola primária cuja primeira etapa, com a duração de dois anos, seria gratuita e obrigatória para todos tendo como objetivo garantir a universalização das primeiras letras, isto é, a alfabetização de todas as crianças em idade escolar (SAVIANI, 2008, p.175).

A passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial tiveram relevância para a educação brasileira contribuindo para as grandes mudanças culturais do país que substituiriam as formulações teóricas dos modelos antigos, introduzindo novos padrões de pensamentos, novas condutas, e novos valores, suplantando a versão tradicional da pedagogia liberal pela versão moderna. Com as tantas transformações sociais surgiu o movimento designado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação” e surgindo também o otimismo pedagógico da época, onde a preocupação central era a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos.

A partir dos anos de 1930, com o processo de unificação, em nível federal, de iniciativas políticas em todas as esferas, novas urgências políticas, sociais e educacionais foram se impondo, a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional.

Nesse sentido depositaram todos os créditos nas escolas primárias, colocando-a como capaz de regenerar o cidadão brasileiro e por consequência a sociedade, porém a atenção maior voltaria aos professores do ensino primário, pois eram através do trabalho docente eficaz que se formaria o homem brasileiro. Neste caso surge a preocupação com a valorização dos professores, pois a nova pedagogia que se apontava com novas atribuições da escola primária, fazia-se necessário aperfeiçoar os cursos de formação desses novos professores primários.

Devido a tantas reformas e reorganizações da educação no Brasil não se conseguiu articular um sistema escolar que atendesse as necessidades do país, pois cada alteração ocorrida se fazia de forma isolada, não conseguindo alcançar uma visão geral dos problemas educacionais. E foi baseado nesta variedade de formas para reorganizar a instrução pública que se inicia o ideário da Escola Nova vinculada a uma ideologia do movimento liberal e trazendo consigo remodelagem na ordem política, econômica, social e cultural no país.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Saviani (2008) enfatiza que a educação nova deveria ser pragmática, na medida em que não lhe caberia servir aos interesses das classes, mas, sim aos interesses do indivíduo, ressaltando os ideais de solidariedade e cooperação entre os homens.

Os princípios desta mais nova pedagogia remodelavam as práticas já existentes, introduzindo situações diferentes de ensinar e aprender, contribuindo para a formação integral do aluno e propondo o desenvolvimento de um trabalho com estímulo às observações e experiências da criança.

“O movimento dos renovadores ganha corpo com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, se expande com a realização das Conferências Nacionais de Educação a partir de 1927, e atinge plena visibilidade com o lançamento do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’ em 1932”. (XAVIER, 2002).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova elaborado por Fernando de Azevedo com a contribuição de mais 26 educadores brasileiros e tinham como objetivo a reconstrução da educação em nosso país, defendendo a implantação pelo Estado da escola comum ou única, onde os princípios básicos deste manifesto se classificariam em laicidade, gratuidade e obrigatoriedade e a análise sobre a educação se daria sobre o ponto de vista filosófico, sociológico e psicológico.

Outra característica fundamental do manifesto é em relação ao educando, onde este não poderia ser modelado pelo externo, e sim obedecer as leis do seu desenvolvimento assim como nos afirma Azevedo (1984, apud GHIRALDELLI, 2003, p.416) a escola sob esse novo conceito de educação deveria “oferecer à criança um meio vivo e natural, favorável ao intercâmbio de reações e experiências”.

Sob este modelo de educação é que buscamos o diálogo com o pensamento filosófico de Rousseau que também defende

O contato direto do educando com os objetos de estudo, ou seja, à experiência externa necessária para que os sentidos externos dos educandos possam ser afetados pelas coisas que propiciem a aquisição das informações úteis e necessárias para a construção do seu conhecimento (BATISTA, 2010, p.36).

Com a pequena amostragem do período histórico abordado anteriormente, observa-se a recorrência discursiva de mudanças, de acordo com cada movimento da época percebe-se os





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ajustes à nossa política educacional, marcados pela tensão constante da busca dos melhores métodos de alfabetização.

Já em pleno século XX e guiados pelo predomínio da Escola Nova que coloca a criança no centro do processo educativo é que conduziremos este estudo, possibilitando uma melhor compreensão sobre o processo de leitura e escrita, que na escola tradicional eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e com métodos distantes dos defendidos nos dias de hoje.

O processo de alfabetização, assim como suas práticas de ensino, também sofreram alterações ao longo da nossa história. Inclusive o termo alfabetização, que foi no final da década de 1910, que o mesmo começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita.

Neste caso, a própria concepção de indivíduo alfabetizado também sofre mudanças,

A partir dos anos de 1950 até o censo de 2000, alfabetizado era quem fosse capaz de ler/escrever um bilhete simples, embora já nos últimos 30 anos o conceito de alfabetização tenha sido atrelado ao de letramento, passando a envolver não só o “saber ler e escrever”, mas a capacidade de fazer uso da leitura e da escrita (SOARES, 2003a, p.7).

Desse ponto de vista, os processos de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresentam como momento de passagem de um método para outro, como resultado de disputas políticas, ou seja, na disputa em torno do melhor método de alfabetização e sempre considerado o novo que acabou de ser implementado, as vezes apenas adaptado ao já existente melhor em relação ao antigo já considerado tradicional.

A ênfase sobre os métodos continuou incidindo no ensino inicial da leitura e da escrita até aproximadamente a da década de 1980, quando essa tradição passou a ser sistematicamente questionada, em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar, particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças. Na busca de soluções para esse problema, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas por Emília Ferreiro e alguns colaboradores. Este pensamento





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

deslocava o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança, o construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como um período de repensar a aquisição do sistema de escrita e leitura da criança, e como afirma Mortatti (1999) demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas.

O período situado entre 1930 e 1945 foi considerado o período de equilíbrio entre as influências das concepções humanista tradicional e humanista moderna, em meados do século XX, foi fundado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) – hoje denominado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – principal núcleo de junção e estímulo das experiências da renovação pedagógica, porém, é a partir de 1945 que percebeu-se o predomínio da concepção humanista moderna.

Os ideais escolanovistas continuam até o final da década de 1970, e observa-se a ênfase aos fundamentos com caráter filosóficos e psicológicos e também a didática da Escola Nova, aplicados ao ensino da leitura e escrita, com base também na aplicação dos testes ABC, de Lourenço Filho, com posterior utilização do “período preparatório” e ênfase em métodos diferenciados para ensino inicial da leitura e escrita.

A predominância da pedagogia nova é percebida inclusive quando surge a comissão constituída em 1947 para elaborar o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse projeto tinha como objetivo dar cumprimento ao disposto na Constituição de 1946 que atribuiu à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional com representantes da pedagogia nova.

Essa concepção pedagógica renovadora que se contrapunha à concepção tradicional se baseava numa visão filosófica fundamentada na existência, na vida, na atividade, dava-se maior importância a natureza humana considerada mutável.

A visão que se baseava a educação considerada tradicional, o privilégio do adulto, considerado o homem acabado, completo, por oposição à criança, ser imaturo, incompleto era submetida a uma concepção moderna, sendo o homem considerado completo desde o nascimento e inacabado até morrer, o adulto não podia se constituir como modelo, razão pela qual a educação centrava-se na criança.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Deste ponto de vista, o eixo básico da educação se desloca do professor para o aluno, o comando do professor é substituído pela iniciativa do aluno, as variações se desconcentram do intelecto para as experiências, do racional para o psicológico, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, da quantidade para a qualidade, ou seja, todo processo pedagógico se desloca de uma concepção filosófica centrada apenas nos saberes para uma concepção psicológica centrada no processo de desenvolvimento do indivíduo.

Com o predomínio da escola Nova, que objurga os métodos de alfabetização designados de tradicional, o ensino verbalista baseado na memorização, que Freire denomina como “educação bancária”, fundamentada na ideologia da opressão, que considera o aluno despossuído de qualquer saber e assim destinados a serem depósitos dos saberes dos professores é que buscaremos os pressupostos do ideário rousseauiano para uma pequena amostragem de como as ideias de um filósofo de séculos passados ainda se faz presente na educação brasileira.

Figura central da Pedagogia Moderna, defende a possibilidade de uma educação transformadora, cujo objetivo é atingir, na relação educador/educando, o conhecimento conforme as necessidades do educando.

O que se pretendeu com esse recorte histórico do movimento da alfabetização brasileira até abordarmos os ideais da escola nova, foi demonstrar que de fato o que se diferenciava em cada período era apenas a questão dos métodos utilizados no processo de aquisição da leitura e da escrita, indicando assim a continuidade, no tempo, de certos ideais centrados na concepção de educação para a objetivação de projetos políticos e sociais decorrentes de urgências de cada época. As técnicas usadas no passado são revivificadas e voltam a ser utilizadas como se fossem novas. Todos os métodos de ensino sofreram modificações em resposta às mudanças de valores da cultura dominante.

O contexto mudou, a criança de hoje não se restringe a de séculos passados que apenas os mestres lhe transmitiam conhecimentos, além de terem um convívio muito rural, a industrialização chegou, com ela as novas tecnologias de informação. Diante desses novos e constantes estímulos, é necessário que o educador, neste caso o alfabetizador, entenda que a criança quando inicia o seu processo de escolarização, já possui conhecimentos da língua falada e





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

escrita, e imagina os princípios científicos em que se baseia o seu funcionamento, a sua construção.

A influência de Rousseau neste trabalho decorre de seu pensamento coincidir com valores em que acreditamos: a criança deve desenvolver-se naturalmente, e assim o fará se oferecermos a ela ambiente apropriado para a observação, o toque, o trabalho, o interesse e a interação com os outros.

Reverendo Rousseau hoje, com sua concepção de uma educação baseada na infância sentimo-nos a possibilidade de reconstruir o ser humano, partindo da ideia de que toda educação deve centrar na criança, do que ela é, fornecendo-lhe os meios para que construa seu próprio conhecimento.

Desconsiderando as práticas educacionais dos princípios da pedagogia tradicional, na alfabetização infantil que se pautava na centralidade da figura do professor, carregadas de características como: formalismo, excesso de memorização, autoridade e rígida disciplina, educação intelectualista formal e livresca, onde as concepções sobre o professor baseavam-se como sendo o único sujeito do processo de formação enquanto os alunos apenas simples objeto, o professor impondo o seu ponto de vista e o aluno se submetendo a ele, e tendo como principal tarefa deste professor apenas transmitir conteúdos é que faremos uma breve relato das concepções pedagógicas de Rousseau na nova visão de pedagogia.

O entendimento de alfabetização que consideramos essencial para nossos dias se contemplam sobre um pensamento pedagógico moderno. O que se caracterizava anteriormente como apenas saber decodificar a leitura e a escrita, hoje Soares (1998) nos faz compreender de forma diferenciada, o indivíduo alfabetizado não basta apenas ler e escrever palavras, mas este precisa estar letrado, ou seja, precisa fazer uso da leitura e da escrita nos diferentes contextos de sua vida.

Nesta situação, precisamos tecer novos olhares para a nossa educação e conseqüentemente para nossas crianças, que para desenvolverem tais habilidades precisam serem mediadas pelo respeito, confiança e essencialmente pelo conhecimento de suas peculiaridades, pois como nos traz Batista (2010) que para auferirmos bom êxito na educação ou





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

seja para educarmos verdadeiramente as nossas crianças, não devemos ignorar o seu ser, mais precisamente, a sua infância, precisamos na verdade é conhecê-la.

Desenvolver atividades que contrarie ou imponha o impossível as crianças é ponto principal que Rousseau evidencia como sendo o grande erro da pedagogia tradicional.

A verdadeira aprendizagem acontece quando damos espaço para a criança ir conquistando a sua própria autonomia, pois para haver aprendizagem significativa é necessário estimular na criança o desejo de aprender e conhecer.

Neste sentido Rousseau afirma a importância de conhecer a criança, a sua faixa etária,

A criança não é um homúnculo, ou seja, um ser humano adulto em miniatura, mas sim um ser humano com características peculiares, cuja maneira de pensar, de sentir e de agir é diferente daquela dos adultos, motivo pela qual se deve conhecê-la com o propósito de construir uma pedagogia que ofereça uma educação compatível com o perfil infantil. (BATISTA, 2010, p.162).

Esta afirmação nos deixa a certeza de que para desenvolvermos um processo de alfabetização satisfatório em nosso meio educacional, é necessário conhecermos nossos educandos, suas diversidades e suas potencialidades para assim oferecermos atividades que possam influenciar, positivamente, o seu desenvolvimento, deixando vivenciar, experimentar cada momento, não impondo atividades prontas e acabadas, assim o educador terá possibilidade de fazer as intervenções necessárias.

Ainda guiados pelos ideários pedagógicos rousseauianos para nossa alfabetização infantil, não podíamos deixar de mencionar a importância do educador (alfabetizador) no processo de aquisição de leitura e escrita, o mesmo deve ser apenas um mediador no processo, cuja influência deve ser muito mais voltada para facilitar e aproximar a criança da aquisição desta habilidade que de apenas um transmissor de conhecimento pronto e acabado.

Acreditando que a criança é realmente o sujeito da sua própria aprendizagem, o professor saberá favorecer o mais possível a sua ação sobre o objeto do conhecimento, facilitando as suas descobertas e reconstruindo os seus saberes.

Diante do que foi abordado sobre a figura do professor no processo de alfabetização que para a concepção de Rousseau é designado de preceptor ou governador e não poderia se findar em qualquer ser humano e sim um individuo muito bem preparado capaz de guiar este aluno e





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que também “deverá principalmente conduzi-lo em vez de pura e simplesmente instruí-lo” (BATISTA, 2010, p.186).

Neste caso Rousseau (2004, p.31) esclarece:

prefiro chamar de gouverneur e não de precepteur o professor dessa ciência, pois trata-se menos, para ele, de instruir do que de dirigir. Não deve dar preceitos, e sim fazer com que eles sejam encontrados.

Quando mencionamos a influência pedagógica de um filósofo de séculos passados em nossa contemporaneidade, é no sentido de verificarmos presente em nossa educação características defendidas por Rousseau há mais de dois séculos, o caso de encontrarmos nos Parâmetros Curriculares Nacionais que retrata como já mencionado anteriormente a figura do professor como mediador do processo de aprendizagem e também discutido por Libâneo (1994, pg.88):

O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo.

Assim, percebemos uma inter-relação entre professor e aluno, no momento do processo de ensino aprendizagem que supõe o confronto entre os conteúdos sistematizados, trazidos pelo professor, e a experiência sócio-cultural do aluno que se estabelecem como aprendizado por meio da orientação do professor.

### **Finalizado, porém com a pretensão de novos estudos**

Findamos, portanto esta pequena amostragem de ideias sobre a aprendizagem da leitura e da escrita na fase inicial de escolarização de nossas crianças concluindo que todo esse histórico do processo aqui apresentado nos deixou a certeza de que os métodos possuem suas características próprias, porém todos trazem resíduos das concepções anteriores, assim, verifica-se que qualquer método por si só não resolve os problemas do nosso ensino atual. Todos os métodos dependem da atividade criadora e reflexiva do professor, exigindo uma observação e um melhor conhecimento profundo do seu aluno aluno.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Tem-se muito trabalho para buscar os melhores métodos de ensinar a ler; inventam escrivatinhas, mapas; faz-se do quadro da criança uma oficina gráfica. Locke pretende que as crianças aprendem a ler com dados. Não é uma invenção bem pensada? Que pena! Meio mais seguro que tudo isso é aquele que sempre é esquecido: o desejo de aprender. Dai esse desejo a criança, e depois deixai vossas escrivatinhas e vossos dados, pois qualquer método lhe servirá (ROUSSEAU, 2004, p.135 apud BATISTA, 2010, p.198).

Sendo assim, é mister novos estudos, novas reflexões, que procure compreender aspectos relativos a questão da alfabetização infantil em nosso país como também em nossa realidade educacional, a fim de contribuir para novos esclarecimentos e novas compreensões, procurando solucionar os entraves existente e a incessante busca em por fim ao fracasso da educação no que tange a aprendizagem inicial da leitura e escrita. Torna-se portanto imprescindível encontrarmos possíveis soluções para as dificuldades de nossas crianças em adentrar o mundo público da cultura letrada.

### Referências

AZEVEDO, F. et al. “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 65 (170):407-25, mai./ago.,1984.

BATISTA, Gustavo Araújo. **O Naturalismo e o Contratualismo em Jonh Locke e em Jean-Jacques Rousseau**. Curitiba: Editora CRV, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. 3. ed. Brasília, 2001.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Filosofia e a História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manoele, 2003.

GOULART, Cecília. **A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos orientadores**. In Brasil, Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC/SEB, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular**. Caderno *CEDES* v.20 n.52 Campinas, nov.2000.

\_\_\_\_\_. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Seminário Alfabetização e Letramento em Debate. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), maio de 2006.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

\_\_\_\_\_. **Uma proposta para o próximo milênio: o pensamento interacionista sobre alfabetização.** Presença Pedagógica, v.5, n. 29, p. 21-28, set./out.1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: Edusp, 1974.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica,1998.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** Bragança Paulista: Edusf, 2002.

